

**O Governador Ferreira do Amaral e Zhiliang  
Uma reflexão sobre heróis criados em Macau,  
a partir de experiência pedagógica com alunos chineses**

Alda MOURÃO

Politécnico de Leiria

Centro de Estudos Interdisciplinares – CEIS20 da

Universidade Coimbra

[alda.mourao@pleiria.pt](mailto:alda.mourao@pleiria.pt)

**Resumo**

O trabalho resulta duma experiência pedagógica, realizada com alunos chineses de História de Portugal. Ao abordar o tema do Liberalismo oitocentista, analisamos a nova conjuntura política decorrente do desfecho da guerra civil, em 1834, nomeadamente a relação do Governo de Lisboa com a sua colónia do oriente. Neste contexto, Macau assumiu, a partir de 1848 autonomia administrativa.

Identificamos personalidades conhecidas em Macau, mas não na historiografia portuguesa: João Maria Ferreira do Amaral e “Mi Shen, conhecido por Zhiliang”. Amaral tornou-se Governador de Macau (1846), num período de convulsões mais prejudicado na região do Rio das Pérolas e na China, com o desfecho da primeira Guerra do Ópio (1842).

A atuação política de Amaral, explica o seu assassinio por Zhiliang, (1849). Em simultâneo nasceram dois heróis: a vítima e o justiceiro. O nosso estudo centrou-se nos discursos que se produziram sobre ambos os heróis, em língua portuguesa e em língua chinesa.

*Palavras-chave: herói; memória histórica; João Maria Ferreira do Amaral; Macau; soberania.*

## **Abstract**

This paper is the result of a pedagogical experience, carried out with Chinese students of Portuguese History.

By approaching the theme of nineteenth-century Liberalism, we analyze the new political situation resulting from the outcome of the civil war, in 1834, namely the relationship between the Government of Lisbon and its eastern colony. In this context, Macau assumed administrative autonomy from 1848 onwards.

We identified well-known personalities in Macau, but not in Portuguese historiography: João Maria Ferreira do Amaral and “Mi Shen, known as Zhiliang”. Amaral became Governor of Macao (1846), in a period of upheaval that was more affected in the region of the Pearl River and in China, with the outcome of the first Opium War (1842).

Amaral's political activities explain his assassination by Zhiliang (1849). Two heroes were born simultaneously: the victim and the vigilante. Our study focused on the speeches that were produced about both heroes, in Portuguese and Chinese.

*Keywords: hero; historical memory; João Maria Ferreira do Amaral; Macao; memory; sovereignty*

## **Introdução**

No âmbito da UC de História de Portugal, lecionada a alunos chineses, habitualmente fazemos a aproximação dos conteúdos programáticos à História da China. A abordagem que fazemos à implantação definitiva do Liberalismo em Portugal, após a revolução de 1820 e até cerca de meados do século, integra a política colonial do séc. XIX, nomeadamente na Ásia. O Governador João Maria Ferreira do Amaral (1846-1849) é uma personalidade incontornável: pelo seu papel decisivo na instauração da soberania portuguesa em Macau, mas também porque, ainda na atualidade, a toponímia portuguesa da cidade está carregada da sua presença.

Decidimos realizar uma experiência pedagógica, analisando fontes portuguesas e chinesas que se referissem ao exercício do poder de Amaral. Dividiram-se tarefas: pelo nosso lado, desenvolvemos pesquisa de estudos e documentos, em língua portuguesa, sobre este período da História de Macau; aos alunos coube exatamente o mesmo procedimento, mas em textos em língua chinesa. Desta etapa, destacaram-se duas personalidades: o Governador Ferreira do Amaral e um chinês, homem do povo, Zhiliang. No final, o espaço de reflexão sobre as diferenças identificadas, bem como sobre a função ideológica da memória histórica que cria e silencia “heróis”, permitiu desenvolver o nosso objeto de estudo: criação e manipulação de heróis.

O texto começa por apresentar a nossa personalidade central, João Maria Ferreira do Amaral, a geografia e o contexto político em que decorreu a sua intervenção, cruzando, para tanto, o percurso da política colonial no processo de estabilização do regime liberal, em Portugal, com as condições resultantes da ascensão da presença inglesa na China, em particular no delta do Rio das Pérolas. No sentido de suportar a análise dos resultados obtidos, a partir das leituras realizadas por alunos e professora, refletimos sobre conceitos agregadores, como “herói” e “memória histórica”. A “história de vida” dos nossos heróis finaliza com o apagamento e a exposição a que hoje estão votados, um e outro, respetivamente.

### **1. João Maria Ferreira do Amaral**

Em setembro de 1950, o Banco Nacional Ultramarino (BNU), através do departamento da Inspeção Geral do Ultramar, enviou para o Ministério das Colónias o pedido de encomenda de notas de 100 Patacas, para as quais fora escolhida a efígie de João Maria Ferreira do Amaral. Foram remetidos os desenhos da nota para aprovação ministerial. A produção das notas foi interrompida, devido a um ofício desse Ministério, recebido pelo BNU em 2 de julho de 1951. Era, então, requerido que não se utilizasse a efígie de Ferreira do Amaral «por evocar graves incidentes ocorridos há um século», o que faria com que as notas não tivessem uma aceitação positiva da parte da população macaense, tanto a portuguesa como a chinesa (Carvalho 2012). Passados 100 anos, este Governador de Macau continuava a suscitar evidente “incómodo” na colónia asiática, que ele dirigira em nome de Portugal.

**Imagem 1:**  
**“Prova de Nota” (frente e verso) da Emissão de Ferreira do Amaral,  
Macau, 1950.**



Fonte: Coleção de Notafilia. Património Histórico — Direção de Comunicação e  
Marca Caixa Geral de Depósitos

Quem foi João Maria Ferreira do Amaral? Como se havia tornado um governante de má memória?

Ferreira do Amaral iniciou a carreira militar na Marinha logo a seguir à revolução liberal de 1820. Participou em várias expedições e batalhas, nomeadamente no Brasil, onde perdeu um braço. Participou no desembarque do Mindelo, em 1832, como apoiante das forças liberais, lideradas por D. Pedro. Mais tarde, no início dos anos de 1840, prestou serviço relevante em Angola (*Idem*, 2012), tendo sido deputado desta colónia às Cortes, em 1846. Neste ano foi nomeado Governador de Macau por D. Maria II, cujo reinado foi particularmente difícil, na tentativa de institucionalização do Liberalismo. Internamente, finda a guerra civil (1832-1834), esta era a primeira monarca no poder, após a vitória dos liberais sobre os defensores do sistema de monarquia absoluta, chamados de miguelistas. Fátima Bonifácio (1993), num estudo sobre a instabilidade política vivida em Portugal, entre 1834 e 1851, chamou-lhe um período de “guerra de todos contra todos”, pela falta

de princípios essenciais a um sistema de governo representativo. Vivia-se um tempo pós-guerra civil, sem acordos sobre a Lei fundamental (Constituição), sem cultura política pluralista, sem partidos políticos organizados. Era um tempo em que se registou um sistemático recurso a meios inconstitucionais e violentos de luta pelo poder, que estiveram na origem de sucessivos golpes de Estado. Este era, em traços muito largos, o ambiente político vivido em Lisboa, cidade a partir da qual se registou a nomeação do novo Governador de Macau. Externamente, após a total dependência das autoridades de Pequim e de Cantão no que respeita ao bom relacionamento entre Portugal e a China, visou-se a clarificação da soberania sobre Macau. Tinha-se registado reforço de contactos, com o crescimento da presença de europeus na região do delta do Rio das Pérolas. Hong Kong passara a estar sob bandeira britânica, no culminar da primeira Guerra do Ópio, e a China assinara o primeiro dos “Tratados Desiguais” (Nanquim, 1842). A posição de neutralidade assumida por Portugal, quer na primeira Guerra do Ópio (iniciada em 1839), quer no novo conflito, iniciado em 1843, não tinha favorecido as relações luso-britânicas<sup>1</sup>. Esta vizinhança provocou grande prejuízo em Macau, com a entrada e residência de estrangeiros, a instalação de missões diplomáticas, a abertura de portos (Estorninho 1965). A ocupação de Hong Kong pelos britânicos provocou uma rápida reação do governo de Lisboa: “pelo Decreto de 20 de Setembro de 1844, Macau foi libertado da tutela de Goa e colocado na dependência direta da metrópole...” (Serrão 1998). Ganhava prestígio e poder ao encabeçar a nova província, então criada, que incluía Timor e Solor<sup>2</sup>. Mas a quebra do protagonismo comercial na região que Macau registou “tornou-a uma cidade pacata de vida simples e tranquila”, segundo anotou Estorninho, na entrada “Macau” do *Dicionário de História de Portugal* (1965: 861). Se a fundação da vizinha Hong Kong, em 1842, prejudicou a prosperidade e o desenvolvimento de Macau, o triunfo do imperialismo ocidental abriu a possibilidade a que Lisboa refletisse sobre a questão da sua soberania no território. Serrão (1998) lembra a fragilidade da China face aos avanços de países europeus centrados, principalmente, no negócio do ópio. As Guerras do Ópio, marcaram não só o triunfo do capitalismo mercantilista britânico, como também a subjugação da China aos poderes ocidentais.

---

<sup>1</sup> A relação entre os dois Estados é profundamente analisada por Geoffrey Gunn em *Encountering Macau: a portuguese city-state on the periphery of China*.

<sup>2</sup> Lembramos que, somente na sequência do protocolo assinado em Lisboa (1887) e pelo Tratado de Pequim (1887-1888), entre Portugal e China, esta declara, no Artº II, reconhecer a "perpétua ocupação e governo de Macau por Portugal". Cfr. *Tratado de Amizade e Commercio entre Portugal e o Imperio da China* ...Lisboa, Imprensa Nacional, 1888, p.7.

Nas palavras de Serrão (1998: 727) “...Só restava um caminho [a Portugal]: o endurecimento das posições”.

É neste contexto geopolítico que se explica a tarefa que Ferreira do Amaral levava de Lisboa. Ele ia com a missão de proceder à plena integração de Macau na soberania portuguesa. Como afirma Serrão (1998: 736), foi no seu governo “que se deram os primeiros e decisivos passos, no sentido de uma progressiva apropriação do espaço político, social e territorial... Numa palavra, foi ele que deu início à verdadeira *colonização* de Macau.”. Na opinião de Claudius Madrolle, um viajante francês que visitou Macau em 1896<sup>3</sup> e publicou as suas impressões pouco depois (1902), em Paris, foi reconhecida a sua ação desta forma: “[...] o governador Ferreira do Amaral suprimiu em 1848 a sombra de suserania [chinesa] e os habitantes de Macau passaram a responder apenas à administração portuguesa.” (Sousa 2014:374). Em suma, Macau passou, então, a território de administração portuguesa, sujeito ao poder central de Lisboa.

A atuação de Ferreira do Amaral caracterizou-se por dureza no trato com os residentes locais, o que conduziu a grande mal-estar. Acabou por ser assassinado por um camponês, Shen Zhiliang, em 1849. Assim nasceram dois heróis: o português, vítima da sua grande coragem; o chinês, que limpou a honra de toda a comunidade. Como fator de convergência e reforço de identidade de grupo, passaram a existir dois heróis que a memória histórica registou, como um espelho. Partilharam o mesmo momento de nascimento, em campos opostos dos acontecimentos, mas cumprindo função semelhante.

## **2. Heróis e memória histórica**

Como a História constrói heróis? Para que servem? A quem servem? – são questões muito pertinentemente colocadas, quando emergem novos protagonistas; quando se silenciam ou ignoram tantos outros.

Os currículos escolares e a memória coletiva encarregam-se de difundir uma cultura histórica, por norma vinculada ao sentimento de pertença patriótica (Cerri, Caimi & Mistura 2018). O herói nacional, como uma categoria específica, é o cimento que

---

<sup>3</sup> Ivo Carneiro de Sousa selecionou, traduziu e publicou um conjunto de textos de viajantes franceses, que visitaram a cidade, sobre a qual escreveram as suas impressões, mais ou menos valiosas para o conhecimento da região, no largo período considerado, em vários domínios. Ver: *Descrições históricas de Macau em viajantes franceses (1623-1900)*, Macau: East-West Institute for Advanced Studies (EWIAS), 2014.

solidifica a construção da Nação que representa. Luís Cunha caracteriza-o como alguém que “deve transcender a sua singularidade encarnando o que se acredita serem os valores perenes da nação” (1995:1). O autor chama a atenção para a temporalidade que define o estatuto de ser herói nacional, em função das circunstâncias históricas. Não é uma entidade acabada “para poder ser ajustada a novas necessidades e justificações.” (idem). Esta condição pressupõe a criação de consensos, importantes em períodos de crise, em circunstâncias que levam à procura no seu passado do fermento necessário para cozinhar a “verdade que convém à nação” (Cunha 1995). O preâmbulo do Decreto n.º 21103, de 15 de abril 1932, emanado do Ministério da Instrução Pública <sup>4</sup>, nas vésperas do início formal do regime do Estado Novo português (1933-1974), justificava a normalização da História Pátria, entre outros considerandos: “Na falta de um juiz infalível [sobre a opinião crítica do historiador]... o Estado, sem se arrogar à posse exclusiva duma verdade absoluta, pode e deve definir a verdade nacional “ (*Diário da República*, p.625). O papel da consciência histórica necessária torna-se uma tarefa mental, pela qual se processa o exercício de atribuir significado ao tempo, ao passado (Rusen 2009), podendo sofrer interferência externa ajustável a condições mutáveis, acrescentamos nós.

Ferreira do Amaral integra-se no grupo de heróis nacionais portugueses que contribuem, tardiamente, para a construção da ideia do “Império”, ao lado de Gama, Cabral, Jorge Álvares, entre tantos outros. Em 1898, aquando do *IV Centenário da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia*, houve uma primeira manifestação, liderada por Camilo Pessanha, para lhe ser erigida uma estátua, em Macau<sup>5</sup>. No *Jornal Único*, publicado nesse mesmo ano festivo de 1898, escreveu Gomes Silva: “Com o nome glorioso de Vasco da Gama engloba Macau nas actuaes festas outros nomes symbolicos da gloria nacional. Levanta um obelisco à memoria de Ferreira do Amaral que a emancipou da tutella secular do celeste império” (p.15). Não se concretizou tal monumento, mas não foi esquecido, como se verifica em notícia de 1924 da *Gazeta das Colónias*. Aqui se lamenta que, desde o ano de 1917, o governo de Macau não tenha concretizado a construção do monumento ao “heroico defensor de Macau”, para o qual já recebera autorização superior, de Lisboa<sup>6</sup>. Ferreira do Amaral, reconhecido em tempos de Monarquia e de I República, esperou pelo período do Estado Novo para que lhe fosse

---

<sup>4</sup> Disponível em <https://files.dre.pt/1s/1932/04/08900/06250625.pdf>

<sup>5</sup> Cfr. José Simões Morais (2018). Ferreira do Amaral e o Passaleão. *Hoje Macau*, 15 junho.

<sup>6</sup> Disponível em [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/GazetadasColonias/N12/N12\\_master/N12.pdf](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/GazetadasColonias/N12/N12_master/N12.pdf)

erigida uma estátua, o que lhe confere a atribuição de estatuto de herói por diferentes regimes. Em 1940, gozou em pleno um tempo simbólico: nesse ano, foi inaugurada a sua estátua, da autoria de Maximiliano Alves<sup>7</sup>, num lugar central de Macau. Deve lembrar-se o ano de 1940 como de celebração do Estado Novo<sup>8</sup> para melhor se entender a manifestação ideológica do regime na colónia asiática. Isto é, pode aplicar-se à escultura, como expressão do poder político, uma função alargada: “[...] é decisiva a sua inserção no aparelho político e cultural totalitário e a perceção da sua função ideológica e propagandística” (Rosmaninho 2006: 279). Manuela Ribeiro (2000) reforça esta opinião, associando a construção e a inauguração de um monumento, uma estátua, a um momento com significado político. Assim era o ano de 1940: duplo centenário da fundação da nacionalidade (1140) e da restauração da independência do domínio espanhol (1640). Parafraseando a autora, dizemos sobre a estátua de Ferreira do Amaral: “O monumento é [era,] o símbolo da memória coletiva” (2000: 65).

### **Imagem 2: Estátua do governador Ferreira do Amaral, Praça em Macau**



Fonte: Postal Ilustrado, anos de 1960

Durante cerca de 50 anos, o Governador Ferreira do Amaral participou, através da sua presença simbólica no alto do seu pedestal, na representação do poder de Portugal na

---

<sup>7</sup> Vide <http://www.parlamento.pt/VisitaParlamento/Paginas/BiogMaximianoAlves.aspx>

<sup>8</sup> Trata-se da Exposição do Mundo Português, em Lisboa, celebrado pelo regime e gizado por António Ferro.



então colónia asiática. Na verdade, ele era o herói nacional que estava na génese deste poder.

Por seu lado, o outro herói, Zhiliang, integra-se numa dimensão mais regional. Enquanto herói, cumpre as funções que reconhecemos a Amaral, neste caso como protagonista da construção de um passado de matriz colonizado, contrariado por episódios de patriotismo, como o ocorrido em 1849, que faziam perigar o relacionamento entre países. Zhiliang encarnou o sentir e a coragem de um povo para manifestar a sua identidade, a sua cultura. Assumiu maior reconhecimento nos últimos anos, como herói importante para o sentimento de identidade nacional da própria região, principalmente divulgado através de expressões culturais. Em comum, ambos os heróis partilham um longo processo de reconhecimento dos seus méritos, pautado pelo bem maior que era a manutenção de boas relações entre Portugal e a China. Afastam-se hoje por seguirem percursos diferentes em cada um dos contextos: no caso em apreço, Zhiliang é hoje, por exemplo, personagem principal de uma ópera chinesa<sup>9</sup>; Ferreira do Amaral tem a descrição de estátua que embeleza um jardim sem memória histórica.

### 3. Heróis “em espelho”: metodologia duma tarefa pedagógica

O que sabemos sobre a ação de Ferreira do Amaral? Trabalhos de autores portugueses, publicados em Macau, constituem fonte importante, apesar de pouco numerosos<sup>10</sup>. A historiografia portuguesa mais recente, publicada em Portugal, quase o ignora. O *Dicionário de História de Portugal*, (Joel Serrão, org., 1965) uma das mais importantes obras desta área científica produzida durante o regime do Estado Novo, não tem entrada em seu nome e não o refere no texto sobre Macau. Silenciado o seu nome, fica, excecionalmente, a descrição sumária da sua missão no território asiático<sup>11</sup>. Entre as publicações de *História de Portugal* compulsadas, a obra de Damião Peres debruça-se,

---

<sup>9</sup> *A Alma de Macau* ou *A Alma do Mar de Espelho*, texto dramático de autoria de Mok Ian.

<sup>10</sup> Não são numerosos, como escreve Rui Manuel Loureiro, *Guia da História de Macau* (1999): "sobre o governo de João Maria Ferreira do Amaral, polémico Governador de Macau responsável por um importante surto de modernização e de autonomização do território face à China, não existe ainda nenhum estudo recente em língua portuguesa". Monsenhor Manuel Teixeira tem obra publicada sobre aquele governador. Por exemplo, *Macau através dos séculos*, 1977, Imprensa Nacional. Também destaco *Estudos de história do relacionamento luso-chinês: séculos XVI-XIX*, de Saldanha & Alves, 1996, Instituto Português do Oriente; ou ainda, com o mesmo editor, *Sob o signo da transição: Macau no século XIX*, de Alfredo Dias, 1998.

<sup>11</sup> A mais antiga referência que encontramos, para o século XX, foi *O significado do govêrno de Ferreira do Amaral em Macau (1846-1849)*, da autoria de Lia Ferreira do Amaral. Coleção Pelo Império. N.º 106. Divisão de Publicações e Biblioteca. Agência Geral das Colónias. Lisboa, publicado em 1944. Sobre a missão do Governador, vide, por exemplo, Manuela Lucas, in José Mattoso, *História de Portugal*, vol.5.

de forma mais alargada, sobre as diligências diplomáticas estabelecidas entre Portugal e a China, bem como sobre a situação criada em Macau durante o governo de Amaral. Sumariamente também refere o seu assassinato<sup>12</sup>. O estudo de José Vicente Serrão, incluído na *Nova História da Expansão Portuguesa*, sobre Macau no séc. XIX<sup>13</sup> é uma verdadeira exceção. O autor recua até ao final do séc. XVIII para fazer um exaustivo contexto não só dos anos de ação do Governador Ferreira do Amaral, do período que se vivia no delta do Rio das Pérolas, mas também do desenvolvimento do urbanismo macaense de Oitocentos.

Em 1846, Ferreira do Amaral vinha fazer cumprir, em Macau, “instruções para tornar a colónia independente das autoridades chinesas” (Peres 1992: 553). A ação era a de tornar claro quem mandava em Macau, o que até então não fora decidido pelas autoridades chinesas. Determinado e corajoso, Amaral mostrou ao que vinha: eliminar o poder chinês e disciplinar os portugueses para os fazer sentir que estavam sujeitos às leis de Lisboa. Assim, encerrou as alfândegas, com a expulsão dos funcionários e o derrube da bandeira e das insígnias da autoridade imperial; proibiu os mandarins de entrar em Macau com símbolos usados na China; ocupou militarmente as ilhas de Taipa e Coloane; colocou a população chinesa sob a dependência portuguesa, nomeadamente com o pagamento de foros pelas suas terras e pela obrigatoriedade do pedido de autorização para construir casa; estabeleceu novos impostos. Para nos aproximarmos das razões invocadas para o seu assassinato, recorremos, novamente, a Serrão (1998: 736): “Numa tentativa para demonstrar que a soberania portuguesa abrangia todo o território da península [de Macau], o seu governo elaborou e deu início à construção de um plano de estradas”. A concretização desta medida obrigava à remoção de muitas sepulturas espalhadas pelos terrenos circundantes. Jurien de La Gravière, militar francês que chegou a Macau três dias após o assassinato do Governador e testemunhou os dias tumultuosos aí vividos<sup>14</sup>, apresenta de forma muito clara ter sido este o ato que mais “exasperou os espíritos” da população chinesa. Registou nas suas memórias de viagem: “...de todas as medidas tomadas por este homem energético... Amaral teve a imprudência de provocar este sentimento popular.”. Trata-se de um longo relato, escrito com o olhar de um visitante europeu, sobre os acontecimentos explicativos que antecederam o assassinato.

---

<sup>12</sup> Damião Peres (dir.), Capítulo II -Domínio português no Oriente, v. 7, p. 537-562.

<sup>13</sup> Joel Serrão e Oliveira Marques (dir.), vol. X, p. 719-765. Título vol. X - *O Império africano 1825-1890* (coordenação de Valentim Alexandre e Jill Dias).

<sup>14</sup> Edmond Jurien de La Gravière. *Voyage de la corvette "La Bayonnaise" dans les mers de Chine par le vice-amiral Jurien de La Gravière*. Paris: Henri Plon, 1872, p.252 e segs. In Sousa, op.cit.

Tal como em meados do século XIX, também o sentir dos alunos chineses não parece divergir. Leonor, aluna do 3.º ano do curso de Tradução Interpretação Português/Chinês (TIPC), escreveu sobre Ferreira do Amaral:

O que ele fez mais grave, mais sério, mais horrível é que destruiu os túmulos chineses intencionalmente. Na minha pátria, os túmulos da família são os sítios santos, especialmente os dos antepassados. Na opinião tradicional, a morte não é o fim, a sua alma vai iniciar outra vida novamente, o túmulo é a ligação entre o nosso mundo e o mundo dos mortos. Na China, destruir o túmulo da família é a ação mais cruel e horrível. Qualquer pessoa na China nunca permite a ninguém fazer isso.

A questão das sepulturas não era nova em Macau. Um ano antes da chegada de Amaral, em 1845, uma autoridade portuguesa oficiara para Lisboa o seguinte:

. o povo china que habita esta Península sumamente respeitador das cinzas dos seus maiores, desconfiou que a nossa pretensão que eles julgaram nova e estranha se dirija a querermos entender com o grande número de sepulturas que existem entre os muros da cidade e a porta do cerco [barreira que prevenia a expansão portuguesa para a China], para ali edificarmos; o que, se assim acontecesse, seria causa de alguma espantosa revolta<sup>15</sup>.

Por esta mesma altura, lembramos que também em Portugal a população se sublevava contra as autoridades que, num esforço de modernização e defesa da saúde pública, construíam cemitérios por todo o país, proibindo o enterramento em espaços das igrejas. Uns e outros, isto é, portugueses e chineses, mostravam estabelecer uma forte relação com os seus mortos.

Por tudo isto, a que se juntava o estilo autoritário e pouco conciliador, o Governador Ferreira do Amaral criou muitos inimigos nas duas comunidades, portuguesa e chinesa.

---

<sup>15</sup> 26 janeiro de 1845, Ofício do Governador J. Gregório Pegado. In *Colecção de Fontes documentais*. Vol. I, p.352.

Foi assassinado, em 1849, na zona de fronteira entre Macau e a China, nas Portas do Cerco, por Zhiliang, um jovem camponês que teve ajuda dos seus, como relatou, em 1850, José Carlos Caldeira (1852-1853: 112), que chegou a Macau um ano depois deste episódio: “Cortaram-lhe a cabeça e a mão, e sem medo ou precipitação as levaram, passando pela porta do Cerco, onde então havia um posto de guarda chinesa, que a duzentos passos observou pacificamente tudo isto, e deixou passar em sossego os assassinos!”. As autoridades portuguesas reclamaram junto das chinesas a entrega do homicida, bem como das partes do corpo em falta.

De Shen Zhiliang pouco sabíamos, para além do ato de decepar a única mão e a cabeça do Governador. Um ato que ganha contornos agravados, quando sabemos da importância da unidade do corpo para o gozo de uma “outra vida” em pleno. Esta condição de o corpo ter ficado incompleto, mais atemorizou a comunidade portuguesa, como constatou Caldeira (1852-1853).

O objetivo da tarefa proposta visava confrontar a opinião expressa por autores portugueses e chineses, relativamente ao episódio do assassinato do Governador, procedendo a análise de conteúdo dos textos e documentos selecionados, para identificar as formas utilizadas para expressar empatia por Ferreira do Amaral ou por Zhiliang.

O nosso trabalho iniciou-se com uma leitura exploratória para identificação de expressões e vocábulos utilizados. Como lembra Clara Coutinho (2011), após este reconhecimento “é preciso comparar enunciados e ações entre si, para ver se existe um conceito que os unifique” (p.196). Pretendíamos criar categorias, para posterior trabalho de organização de uma grelha de análise, facilitadora de todo o processo subsequente. Através de um sistema de uso de cores, procedemos à organização da informação.

Verificamos a frequência, diversidade e carga valorativa de vocábulos e expressões, no que diz respeito à expressão de ideias e opiniões de adesão ou repúdio pelos actos relatados. Todos os estudantes responderam ao desafio, apesar de a metodologia descrita anteriormente não ser compatível com o nível de domínio de PLE. Isto é, não foram aplicadas à tarefa técnicas de análise de conteúdo a dados qualitativos em que “o analista busca categorizar as unidades de texto (palavras ou frases) que se repetem, inferindo uma expressão que as representem”, como lembra, Caregnato & Mutti (2006: 682). Os alunos não criaram categorias.

Um número muito considerável de estudantes não conhecia nem Amaral, nem Zhiliang. Os resultados foram muito enriquecidos pela diversidade de fontes utilizadas:

enciclopédia de acesso e construção livres (Wikipédia), motor de busca (Baidu), imprensa local (Macau e Zuhai), manuais escolares, estudos de investigadores chineses. Foi possível fazerem análise do conteúdo dos textos traduzidos de chinês para português, identificando vocábulos e expressões caraterizadoras do governante assassinado e do responsável pelo ato. Na verdade, dado o contexto de turma e objetivos de aprendizagem, ficámos pela análise dos vocábulos e das ideias veiculadas, distinguindo os contextos sociais, políticos e culturais nos quais o texto foi produzido. No final, era pedida uma opinião pessoal sobre o conjunto da tarefa realizada, pelos alunos e pela professora.

Sobre o consulado de Ferreira do Amaral, identificou-se informação e vocabulário partilhados entre autores portugueses e chineses, ao narrarem práticas de exercício do poder: **aboliu** a alfândega chinesa, **cobrou impostos** altos, **decidiu sem autorização** das autoridades chinesas, **expulsou** os mandarins e os seus familiares; **implementou regras radicais e coloniais** para governar os chineses de Macau, **ocupou** mais terras, **destruiu** muitos túmulos, **recusou** o pagamento de vários impostos e rendas às autoridades chinesas. O destaque da ação levada a cabo, através do uso de negrito, visa identificar o sentimento expresso na transmissão da informação.

Para criar o ambiente justificativo da tomada de decisão de Zhiliang de eliminar o Governador, os documentos chineses referem: **ameaçou destruir** os túmulos e **lançar os ossos** no mar, **destruiu o documento legal** chinês de soberania do governo chinês sobre Macau, **escorraçou os funcionários** das Alfândegas da China, **ignorou os sentimentos** nacionais dos residentes chineses, **mandou construir forçosamente** uma estrada, **destruindo os túmulos dos antepassados** locais, **matou** residentes chineses, **prejudicou a soberania** territorial de Macau, **violou o poder judicial** da China.

Numa leitura de texto em português, recorreremos ao *Jornal Único* (1898: 20), assinalando os vocábulos e expressões que reforçam a justificação da ação política desenvolvida pelo governante, criando, por sua vez, o ambiente propício à construção do juízo de injustiça de que foi alvo:

Corria o anno de 1849, quando **foi trucidado** o **benemerito governador** d'esta província João Maria Ferreira do Amaral. A extraordinária **energia e o civismo** de que deu provas na **libertação da colónia** e na **repressão das imposições e abusos** das auctoridades

chinezas, **feriu o orgulho e o interesse** dos mandarins, que exasperados **premeditaram o bárbaro e traiçoeiro assassinato** a que se devia seguir o inteiro **extermínio dos europeus**.

Em 1904, a entrada sobre Amaral, na obra *Portugal; Dicionário Histórico*, reforçava a robustez das suas qualidades:

Amaral foi **assaltado** por um grupo de **seis chins armados** que começaram **barbaramente a acutila-lo** e ao cavallo que montava... e procurando **derrubar o cavalleiro**. Amaral **não esmoreceu**; largando as rédeas da mão, ... e **só com o braço que tinha**, usando do **chicote, sua única arma**, defendia-se, como **um leão**, gritando ao mesmo tempo contra os assassinos<sup>16</sup>.

Ambas as apreciações continuam a refletir, na visão dos portugueses, exatamente o oposto que encontramos nos textos chineses: duas leituras duma mesma realidade, encontrada algures na interseção da construção de ambos os heróis. O sentido da interpretação dos diferentes autores reflete a sua identidade nacional (portuguesa/chinesa), os afetos, as crenças, as tradições, as experiências e vivências. Reflete também a ideologia influenciada pelo contexto político-social-cultural do seu autor. A síntese dos dois ângulos de abordagem foi feita por Josefina, aluna do 3.º ano de TIPC, desta forma:

Eu penso que considerar Amaral bom ou mau significa ter duas visões. Uma é do povo chinês sentir que ele agiu mal naquela situação [arrasar túmulos]. Se somos chineses é normal achar que Amaral é mau. Mas por outro lado, se fosse português claro que pensava que Amaral deu benefício a Portugal, desenvolveu muito a cidade [Macau].

---

<sup>16</sup> *Portugal; dicionario historico, chorographico, heraldico, biographico, bibliographico, numismático e artístico* (p.432): <https://archive.org/details/portugaldiccion00peregoog/page/n431/mode/2up>

Procurar vocábulos ou expressões utilizadas sobre João Maria Ferreira do Amaral e sobre Zhiliang e/ou a comunidade chinesa em que se integrava, levou-nos aos resultados, organizados nas tabelas seguintes:

**Tabela 1: Vocábulos/expressões atribuídas aos heróis em fontes de língua chinesa**

<i>João Maria Ferreira do Amaral</i>	<i>População chinesa e Shen Zhiliang</i>
<ul style="list-style-type: none"><li>• General de um só braço</li><li>• Desafiador</li><li>• Fanático</li><li>• Colonialista</li><li>• Promotor de ilegalidades</li><li>• Cruel</li><li>• Fez política de invasão</li><li>• Agiu brutalmente</li><li>• Soberbo, arrogante, vaidoso</li><li>• Narciso</li><li>• Sangrento</li><li>• Violador de túmulos</li><li>• Herói de Portugal</li></ul>	<p><b>População chinesa:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Sofredora de indignidades</li><li>• Muito irritada</li><li>• Humilhada</li><li>• Resistente às atrocidades</li></ul> <p><b>Shen Zhiliang:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Generoso</li><li>• Justo</li><li>• Vingador de afronta</li><li>• Corajoso</li><li>• Herói sacrificado</li><li>• Figura notável</li><li>• Criou realizações heroicas e extraordinárias</li><li>• Herói da China</li></ul>

**Tabela 2: Vocábulos/expressões atribuídas aos heróis em  
fontes de língua portuguesa**

<i>João Maria Ferreira do Amaral</i>	<i>População chinesa</i> <i>e</i> <i>Shen Zhiliang</i>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Barbaramente trucidado pelos chineses</li><li>• Corajoso como leão</li><li>• Ínclito governador</li><li>• Benemérito</li><li>• Mártir da Pátria</li><li>• Heroico defensor de Macau</li><li>• Grande português</li></ul>	<b>População chinesa:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Opressora</li><li>• Respeitadora dos seus antepassados</li></ul> <b>Shen Zhiliang:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Vil</li><li>• Cobarde</li></ul>

Foi notória a carga de vocabulário marcado pela humilhação e injustiça sentida pela população chinesa, nos textos produzidos por chineses. Zhiliang foi a mão justiceira que vingou toda a comunidade, a que se juntavam os antepassados privados de pacificação numa “outra vida”, em virtude da perda do espaço tumular. Zhiliang era um deles, também na sua condição social e económica. A profusão de qualificativos ligados à violência, autoritarismo, arrogância de Amaral é assinalável, entre os autores chineses, alguns dos quais também partilhados por autores europeus e mesmo portugueses; também é lembrado como herói de Portugal, pelos chineses, elevando-o à categoria a que Zhiliang também pertencia. O conflito de valores expressa-se quando autores chineses escrevem que o governante era desrespeitador das tradições, enquanto os autores portugueses consideram a comunidade chinesa respeitadora dos seus antepassados.

As características atribuídas a Zhiliang cabiam perfeitamente na pessoa de Ferreira do Amaral: também ele herói nacional, generoso (para com Portugal), justo, vingador de afronta (instituída pelo exercício do poder das autoridades chinesas), corajoso, herói sacrificado, figura notável.



Serrão (1998) lembra a matriz colonizadora de Portugal em Macau, bem distinta do que ocorreu, por exemplo, em territórios africanos: o reconhecimento de cultura milenar permitiu a aceitação de diferenças num quadro de valores comuns. O autor reforça esta relação, afirmando que “Em relação à comunidade chinesa não se pode falar sequer de uma política de integração, mas tão-só de uma política de sujeição formal, e limitada, à autoridade política” (1998: 739). A reduzida expressão numérica da comunidade portuguesa em Macau<sup>17</sup>, por certo justifica o completo silêncio a que os textos chineses a votam.

#### **4. O convívio com a memória histórica – os heróis na atualidade**

No século XX, o salazarismo assumiu a importância da atuação do Governador Ferreira do Amaral, transformando-o no herói representado na estátua, colocada sobre um grandioso e elevado pedestal em pedra, que ocupou o centro de uma movimentada praça de Macau, a partir de 1940, como já foi referido.

As autoridades portuguesas, em Lisboa e em Macau, representavam-se politicamente como líderes da paisagem social macaense. Não houve hesitação em ocupar um importante espaço urbano com uma estátua de um governante português que, do cimo do seu cavalo, brandindo a sua espada, desferia golpes sobre populares que o hostilizavam. Na linha do que afirma Fernando Pimenta (2008) sobre a presença portuguesa em Angola, onde esta assumia uma presença euro-africana, em Macau adequava-se a forma euro-orientalista. O local onde esteve a estátua longos anos era (é) conhecido entre a comunidade chinesa por “Praça do Cavalo de Bronze”; para os portugueses era (é) a Praça Ferreira do Amaral. Na toponímia atual mantem-se esta duplicidade, nas duas línguas oficiais.

No início da década de 1990, eram negociados os princípios da transição do território para a China. Em dezembro de 1992, a revista *Macau* (p.199) noticiou:

A estátua equestre do governador Ferreira do Amaral foi retirada a 28 de Outubro de 1992, da Rotunda com o mesmo nome. O apeamento

---

<sup>17</sup> Os autores são unânimes a reportar dificuldades sobre a demografia de Macau no séc. XIX. Entidades mandarínicas, párcos, viajantes estrangeiros ou autoridades portuguesas publicaram dados sobre a população com critérios dispares. Serrão (1998) deixa um valor estimado para 1847 (p. 751) de 22 500 habitantes, 18 000 dos quais chineses.

da estátua do pedestal, que foi demolido, irá dar lugar à remodelação da Rotunda Ferreira do Amaral que inclui a construção de um parque automóvel subterrâneo. A estátua foi levada para o cais de contentores do porto de águas profundas de Ka Hó, em Coloane, a aguardar embarque para Portugal.

Portugal foi confrontado, então, com o pedido de eliminar a representação desta memória, o que veio a acontecer com alguma brevidade. O que fora “símbolo do pior colonialismo”<sup>18</sup>, caía do seu lugar cimeiro alguns anos antes da transição da administração portuguesa para a chinesa.

Quebrou-se o consenso que aceitara a estátua do governante português, à volta da qual toda a população se passeou por mais de 50 anos, alheada da representação da forma como fora conquistado o domínio português que ela representava. Quebrou-se a unidade de uma singular relação entre duas comunidades. Uma nova realidade política fraturou a memória social, construída com dificuldade e persistência por ambas as partes, ao longo de cerca de 150 anos. Em final do século XX partia “a alma” do Portugal colonizador com o fim do estatuto de herói de Ferreira do Amaral, incapaz de se adequar ao novo destino do território.

Após o regresso atribulado a Portugal, a estátua do Governador Ferreira do Amaral desafiou a reconfiguração de um novo discurso político, legitimador do seu estatuto de herói nacional. O regime pós 1974 não alinhou, ainda, o resultado da discussão sobre o tema central e fraturante que Amaral representa e que alguns historiadores têm reconhecido mais recentemente: o colonialismo português. Sem contexto histórico, perdeu a função de exemplo, de que nos fala Cunha (2001), desnudou-se da aura imperial e a estátua ficou limitada à obra de arte, limpa de simbologia. Em 1999, o antigo Governador de Macau foi embelezar um jardim público, no Bairro da Encarnação, em Lisboa.

Em Macau, a sua memória é recuperada na literatura chinesa como personagem que dá e engradece a glória do herói Zhiliang.

---

<sup>18</sup> Expressão de página de *Memória de Macau*, Fundação Macau. <https://www.macaumemory.mo/index?lgType=pt>

**Imagem 3: Zhiliang – herói na ópera *A Alma de Macau***



**Fonte:** revista *Macao*, march, 2015

*A Alma de Macau*, texto dramático de autoria de Mok Ian Ian, foi adaptado para a Ópera de Pequim e apresentado em Macau em 2015<sup>19</sup>. Em folheto de divulgação deste evento, disponibilizado pelo Instituto Cultural, lia-se:

A expropriação de terras, uma história arrasadora; um grupo de pessoas afáveis de Macau, uma pintura em rolo de episódios históricos passados no sul da China. Macau e a Ópera de Pequim, Oriente e Ocidente; História e realidade, um romance desoladoramente belo sobre o amor pela terra natal, volta ao palco. Em *A Alma de Macau*!

Sabemos ser uma referência ao herói chinês, Zhiliang. Poderíamos aceitá-la sobre o herói português, Ferreira do Amaral, também ele protagonista “dum romance” sobre o amor pela terra natal.

---

<sup>19</sup> Sobre o assassinato de Ferreira do Amaral, Han Lili, estudiosa da cultura portuguesa, tem um texto profícuo na informação sobre o olhar chinês. <https://www.extramuros.net/2017/12/04/a-alma-de-macau-recordar-a-historia/>

## 5. Notas finais

A história e a cultura foram o pano de fundo que fez o contexto onde se podem encontrar explicações para a orientação discursiva dos autores dos textos, quer portugueses, quer chineses.

Quando os alunos acrescentaram uma reflexão pessoal ao trabalho de tradução realizado, apresentaram frequentemente a visão de ambos os lados. Não contestaram a opinião favorável a Zilihang, ele é um herói chinês; caso fossem portugueses aceitariam a heroicidade de Amaral. Enquanto aprendentes de língua, história e cultura portuguesas, a que se associa a presença da professora portuguesa, a generalidade dos alunos demonstrou disponibilidade em se colocar do “outro” lado. Para muitos a experiência de vida cruzou-os com portugueses: avós, namorados, amigos, professores. A integração das duas culturas, informal e individualmente realizada, leva-os a assumir parte da identidade portuguesa.

Os distintos olhares que identificámos sobre um mesmo acontecimento decorrem dos dois sentidos de construção do passado, que fortaleceram identidades nacionais distintas, dentro do mesmo pequeno território. Duas construções que se ignoram entre si, tal como a expressão linguística da população de Macau: a colonização excluiu a alfabetização em língua portuguesa. O mesmo princípio foi replicado no que à religião diz respeito: não se verificou a conversão à religião católica, forçada em outras colónias. Assim, não foi possível encontrar em Macau uma única versão do passado: língua, escola, religião, história pátria não convergiram para tal.

Nas personagens em apreço, conhecemos o herói Ferreira do Amaral, que o salazarismo engrandeceu e monumentalizou, através da sua estátua, como símbolo do poder português, da sua ideia de “Império”. Hoje, tornou-se um símbolo desconhecido para a população que o acolhe no Bairro da Encarnação, em Lisboa. Este espaço urbano foi construído nos anos de 1940 e apenas partilha com a estátua ali colocada o regime que os criou e o tempo de criação. No que respeita a Zhiliang, ele foi o herói que as autoridades do tempo puniram com a morte e que o povo chinês tornou grande, porque expressou o sentimento comum da pertença de cultura e valores.

Hoje, a expressão da memória dos acontecimentos registados em 1849 faz-se, principalmente por autores de origem chinesa, na literatura, no teatro e na ópera.

Para concluir, Tim, aluno do 3.º ano, professor de profissão, lembrou o seguinte: “Quando eu era pequeno, muitos residentes de Macau gostavam de comemorar os festivais, como o Festival da Lua, sob a estátua de bronze de Amaral. É muito irónico!”.

### **Bibliografia:**

BONIFÁCIO, Maria Fátima (1993). “Costa Cabral no contexto do liberalismo doutrinário”. *Análise Social*, vol. 28: 1043-1091.

CAREGNATO, R.; MUTTI, R. (2006). “Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo”. *Texto e Contexto Enfermagem*, v.15., n.4: 679-684.  
<http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>

CARVALHO, Nuno (2012). “«João Maria Ferreira do Amaral», A história de uma emissão de notas em 1849 e 1950”. Lisboa: Gab. Património Histórico da CGD.  
<https://www.cgd.pt/Institucional/Patrimonio-Historico-CGD/Estudos/Documents/Joao-Ferreira-do-Amaral.pdf>

CERRI, L.; CAIMI, F.; MISTURA, L. (2018). “A força da cultura histórica: representações de estudantes brasileiros”. *Perspectiva. Revista do Centro de Ciências da Educação*. Vol.36, nº4: 1357-1377.

COUTINHO, Clara (2011). *Metodologia de investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática*. Coimbra: Almedina.

CUNHA, Luís (1995). “Entre ideologia e propaganda: a construção do herói nacional”. *Jornadas Interdisciplinares. Poder Sociedade*. Lisboa: U. Aberta.

CUNHA, Luís (2001). *A Nação nas malhas da sua identidade*. Porto: Afrontamento.

ESTORNINHO, C. (1965). Macau. In Serrão, J. *Dicionário de História Portugal*. Iniciativas Editoriais, vol.II, p.858-862.

GUNN, G. C. (1996). *Encountering Macau: a Portuguese city-state on the periphery of China, 1557-1999*. Westview Press.

HENRIQUES, I. Castro (2020). *Descolonização da História. Portugal, a África e a desconstrução de mitos historiográficos*. Lisboa: Caleidoscópio.

LOUREIRO, Rui M. (1999). *Guia de História de Macau, 1500-1900*. Macau: Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

PERES, Damião (1992). *História de Portugal*, vol. 7. Porto: Livraria Civilização.

ROSMANINHO, Nuno (2006) *O poder da arte: o Estado Novo e a cidade universitária de Coimbra*. Coimbra: Imprensa Universidade.

RÜSEN, J. (2009). “Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história”.

*Revista História da Historiografia*. Nº2 :163-209.

<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/12/12>

SERRÃO, J. Vicente (1998.). “Macau no século XIX: um território, dois impérios”. In Serrão, Joel & Marques, A.H. Oliveira *Nova História da Expansão Portuguesa* vol. X. “O Império africano 1825-1890” (coordenação de Valentim Alexandre e Jill Dias), pp. 719-765. Lisboa: Editorial Estampa.

SILVA, J. (1999). Ferreira do Amaral e a reabilitação de Macau. *Revista da Armada: Publicação Oficial da Marinha*. Lisboa: Marinha Portuguesa. Ano XXIX N.º 323: 8-12.

TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, F.; SOUSA, J.(2008). *Comunidades Imaginadas. Nação e Nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa Universidade.

### Fontes:

CALDEIRA, C. J. (1852-1853). *Apontamentos d'uma viagem de Lisboa à China e da China a Lisboa*. Lisboa: Typ. G M Martins.

*Colecção de Fontes documentais para a história das relações entre Portugal e a China (1843-1846)*. (1996-2000). Macau: F. Macau/Univ. Macau Vol. I.

GRAVIÈRE, Edmond Jurien de La. *Voyage de la corvette "La Bayonnaise" dans les mers de Chine par le vice-amiral Jurien de La Gravière*. Paris: Henri Plon, 1872 [cartes; ill.]. In SOUSA, Ivo Carneiro de (2014). *Descrições históricas de Macau em viajantes franceses (1623-1900)*, p. 235 e segs. Macau: East-West Institute for Advanced Studies (EWIAS).

MADROLLE, Claudius. *De Marseille à Canton, guide du voyageur*. Paris: Comité Asie Française, 1902. In SOUSA, Ivo Carneiro de (2014). *Descrições históricas de*

*Macau em viajantes franceses (1623-1900)*, p. 371 e segs. Macau: East-West Institute for Advanced Studies (EWIAS).

PEREIRA, E.; RODRIGUES, G. (1904). *Portugal; dictionario historico, chorographico, heraldico, biographico, bibliographico, numismatico e artistico*. Lisboa: J.R.Torres,p.430-432:

<https://archive.org/details/portugaldiccion00peregoog/page/n431/mode/2up>

RIBEIRO, M. M. T. (2000). Crise de identidade nacional e a festa da comemoração nos anos 90 em Portugal. *Anos 90*, 8 (13), 63–84. <https://doi.org/10.22456/1983-201X.6716>

*Tratado de Amizade e Commercio entre Portugal e o Imperio da China assignado em Pekim pelos respectivos Plenipotenciarios*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1888

*Gazeta das Colónias* n.º 12, 30 Outubro de 1924. Disponível em: [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/GazetadasColonias/N12/N12\\_\\_master/N12.pdf](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/GazetadasColonias/N12/N12__master/N12.pdf)

*Ilustração Luso-Brazileira*, vol.I, n.º 7, 17 de Fevereiro; n.º 10, 8 de Março. 1856.

[Jornal Único, IV Centenário Descobrimento Caminho Marítimo para Índia. Macau, 20 Maio, 1898.](#)

*Macau* (1992) II série N.º 8. Gabinete C. Social do Governo RAEM.

*Portugal; dictionario historico, chorographico, heraldico, biographico, bibliographico, numismatico e artistico* (p.432). Disponível em:

<https://archive.org/details/portugaldiccion00peregoog/page/n431/mode/2up>